

SLAVERY by Another Name



GUIA DE VISÃO DA COMUNIDADE (BRASIL)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO FILME.....	1
USANDO ESTE GUIA	2
A ESCRAVIDÃO POR OUTRO NOME: Escravidão pós-emancipação nos Estados Unidos	3
ORGANIZANDO UMA TRIAGEM.....	6
Instruções para o debate	8
Tópicos de debates sugeridos para o público dos EUA	9
ESCRAVIDÃO E EMANCIPAÇÃO NO BRASIL.....	14
Questões de debate relacionados com o Brasil.....	17
RECURSOS ADICIONAIS	18
Escravidão e emancipação nas Américas	19
Expressões-chave.....	22
CRÉDITOS.....	28

*O financiamento para este guia de debates e sua tradução foi possível graças à
W.K. Kellogg Foundation*

 <http://on.fb.me/sbanPBS>  #sbanPBS



A escravidão por outro nome é uma produção da *tpt* National Productions. O financiamento foi disponibilizado pelo National Endowment for the Humanities, W.K. Kellogg Foundation, The Coca-Cola Company e CPB/BPS Diversity and Innovation Fund. Fundos adicionais foram fornecidos pela Georgia-Pacific, KeyBank e Merck Foundation; e Omicron Member Boulé of Sigma Pi Phi Fraternity, de Minneapolis; General Mills Foundation; e Frances Wilkinson.

INTRODUÇÃO AO FILME

A escravidão por outro nome é um documentário de noventa minutos baseado no livro vencedor do Prêmio Pulitzer de Douglas A. Blackmon de 2008. O filme, produzido pela **tpt** National Productions e Two Dollars and A Dream, conta como, após a Guerra Civil, novas formas insidiosas de trabalho forçado surgiram no sul da América do Norte, mantendo milhares de afro-americanos em cativeiro, prendendo-os em um sistema brutal que persistiria até o início da II Guerra Mundial. *A escravidão por outro nome* conta uma história arrebatadora, abrangendo oito décadas, de 1865 a 1941. O filme revela as forças entrelaçadas - o preconceito racial, a demanda por mão de obra barata e um sistema legal corrompido - que permitiram a persistência da escravidão pós-emancipação.

Para a maioria dos americanos nos Estados Unidos, esta é uma história totalmente desconhecida. Narrado pelo aclamado ator Laurence Fishburne, *A escravidão por outro nome* dá voz às vítimas esquecidas e aos perpetradores de trabalhos forçados, e mostra como seus descendentes vivem hoje. O programa também inclui entrevistas com Douglas A. Blackmon, principais estudiosos desse período, incluindo Mary Ellen Curtin, Pete Daniel, Risa Goluboff, Adam Green e Khalil Muhammad. *A escravidão por outro nome* foi ao ar primeiro na PBS em 2012 e foi uma das seleções oficiais do Festival de Cinema de Sundance em 2012.

USANDO ESTE GUIA

Graças a uma bolsa da W.K. Kellogg Foundation, o documentário, *A escravidão por outro nome* é agora oferecido em versões legendadas em creole haitiano, português e espanhol, além do original em inglês. Versões traduzidas do guia de debates foram personalizadas para uso no Haiti, Brasil e México.

Este guia de debates foi feito para ser usado em conjunto com visualizações do documentário de várias formas. Ele oferece: dicas para organizar uma visualização/debate, instruções sobre como continuar o debate, sugestões de temas e perguntas, e recursos para leitura posterior.

Para mais informações e recursos relacionados com o filme, visite <http://www.pbs.org/sban>.

A ESCRAVIDÃO POR OUTRO NOME: Escravidão pós-emancipação nos Estados Unidos

Uma das premissas mais aceitas pelos norte-americanos: a crença de que a escravidão nos EUA terminou com a Proclamação de Emancipação de 1863. No entanto, mesmo com o fim da escravidão no Sul com a passagem da décima terceira emenda, em 1865, um novo sistema de servidão involuntária tomou o seu lugar com uma força impressionante, brutalizando, aterrorizando e, finalmente, circunscrevendo a vida de centenas de milhares de afro-americanos no Sul rural até o século 20.

A escravidão pós-emancipação não durou para sempre e não se estendeu automaticamente de uma geração à outra. Mas, escreve Douglas A. Blackmon, autor de *A escravidão por outro nome*, “foi uma escravidão, um sistema em que os exércitos de homens livres, muitas vezes culpados de nenhum crime e com direito à liberdade por lei, eram obrigados a trabalhar sem remuneração, repetidamente comprados e vendidos e obrigados a se submeterem ao comércio feito por senhores brancos, através da aplicação regular de coerção física”.

Três fatores contribuíram para o trabalho forçado: novas leis que impunham maiores restrições ao movimento afro-americano, comportamentos políticos e atividades econômicas; um sistema judiciário que desproporcionalmente perseguia, capturava e encarcerava afro-americanos pobres que não podiam pagar por uma defesa que permitiria sua liberdade; e um sistema que sancionou o controle de prisioneiros por donos de terra e empresários particulares que precisavam de mão-de-obra barata.

Mesmo antes do fim da Reconstrução, em 1877, muitos estados do Sul começaram a promulgar um conjunto de leis, códigos negros, destinados a resubjugar os negros recém-libertos e fornecer fontes baratas de trabalho. Vadiagem, ociosidade, andar pelos trilhos, mudanças de emprego, até mesmo falar muito alto em público - estes comportamentos e muito mais - tudo isso se tornou crime com pesadas multas ou sentenças. Apesar destes estatutos não mencionarem raça, os sulistas sabiam que eles foram criados como instrumento do controle branco. O resultado foi um enorme aumento no número de negros presos e condenados. Esses condenados por crimes tornaram-se prisioneiros do distrito ou do estado.

No início, para economizar dinheiro na construção de prisões e posteriormente para gerar receita, os estados e distritos começaram a alugar os “condenados” para empresas comerciais. Isso incluía empreendedores de curto prazo, fazendeiros, grandes plantações e corporações. Ao mesmo tempo

em que a décima terceira emenda da Constituição baniu a escravidão, havia uma brecha: “exceto como punição por um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado”, legalizando o aluguel de presos condenados sem compensação.

Logo o aluguel começou a ser um negócio rentável. Os prisioneiros eram alugados para qualquer indústria no Sul, incluindo minas de carvão, ferrovias, construção civil e plantações. Esses prisioneiros viviam e trabalhavam em condições indescritíveis, com frequência piores do que durante a escravidão, antes da Guerra Civil. Muitos foram torturados ou morreram no cativeiro. “O aluguel de condenados”, escreve o historiador Matthew Mancini, foi “um dos sistemas de trabalho mais duros da história americana”.

Os trabalhadores forçados incluíam um número incontável além dos “condenados”. Muitos eram vítimas de peonagem ou escravidão por dívida, uma prática ilegal, mas generalizada de trabalhos forçados para pagar as dívidas. Outros eram meeiros, trabalhando na agricultura em troca de uma “parte” da colheita, que muitas vezes não recebiam a sua parte ou eram informados de que as culturas levantadas não tinham sido suficientes para cobrir os custos e que eles teriam que trabalhar de graça para saldar a dívida. Outros, ainda, eram vítimas de leis que consideravam crime deixar o emprego por outro trabalho, mantendo muitos negros trabalhando sob condições intoleráveis para não terem que enfrentar a possibilidade terrível de serem presos e enviados a uma mina de escravos ou a um campo de trabalhos forçados.

O trabalho forçado em suas várias formas ajudou a reconstruir a economia do Sul branco ao mesmo tempo em que negou às gerações de afro-americanos, não apenas as proteções legais e humanas mais básicas, mas também o acesso à riqueza. “A subjugação sistemática de uma grande população de afro-americanos por tantas décadas”, escreve Blackmon, “é certamente um dos motivos pelos quais os afro-americanos estão mais atrasados em avançar e alcançar o sonho americano.”

Apesar das repetidas apelações ao Departamento de Justiça, de que o trabalho forçado constitui escravidão, o sistema foi tolerado durante décadas nos mais altos níveis do governo e mantido vivo em parte pelo cansaço sobre a “questão negra” e, em parte, por brechas legais. Manter trabalhadores contra a sua vontade não era *tecnicamente* um crime, já que nenhuma lei federal real baniu a prática. “Uma e outra vez”, escreve o historiador Alfred Brophy, “o Departamento de Justiça não conseguiu prosseguir com uma política agressiva de processos que poderiam ter derrubado a servidão involuntária”.

Na década de 1910, o aluguel de condenados para empresas privadas a nível *estadual* começou a ser proibido estado após estado. *Mas o aluguel dos presos distritais por dezenas de milhares de propriedades rurais e indústrias continuou* inabalável, assim como o exercício ilegal da escravidão por dívida. No início da década de 1920, a NAACP descobriu que estava investigando tantos casos de escravidão na Geórgia que criou uma nova “ferrovia subterrânea” para ajudar os negros a saírem de áreas rurais do estado. Em meados da década de 1930, investigações sobre servidão involuntária e peonagem ainda não haviam terminado. Em meados da década de 1930, cinco décadas de inércia do governo federal deixaram sua marca, já que as investigações sobre servidão involuntária e peonagem ainda não haviam terminado.

Incrivelmente, somente em 12 de dezembro de 1941, cinco dias depois do ataque a Pearl Harbor, o governo federal começou a dar os primeiros passos que desvendariam a prática de trabalho forçado. Preocupados com o fato de que a propaganda inimiga incidiria sobre o tratamento dado aos afro-americanos da América como cidadãos de segunda classe, o Departamento de Justiça de Franklin Roosevelt concebeu uma estratégia legal para processar os brancos que continuassem mantendo escravos. Finalmente, em 1951, quase noventa anos após a passagem da Proclamação da Emancipação, o Congresso aprovou os primeiros estatutos explícitos que tornam qualquer forma de escravidão nos Estados Unidos, indiscutivelmente, um crime.

ORGANIZANDO UMA TRIAGEM

Organizar uma projeção pode ser uma forma eficaz de reunir as pessoas e iniciar uma conversa sobre a história compartilhada como um esforço para compreender melhor o nosso presente e para efetuar a mudança, agora e no futuro.

Nós oferecemos as seguintes sugestões para os tipos de grupos que poderiam fazer uma projeção:

Organizações de direitos civis e humanos	Associações de esportes
Escolas e universidades	Famílias
Centros comunitários	Sociedades históricas e departamentos de
Organizações de justiça criminal	arquivamento
Organizações culturais e museus	Bibliotecas
Instituições baseadas na fé	Estações de mídia pública locais
Sindicatos trabalhistas	

Sugestões para planejar uma projeção

Aqui estão algumas recomendações para conseguir uma projeção bem-sucedida.

Definir o propósito. Antes de planejar uma projeção, definir seu objetivo principal. É para incentivar a conversação, para expor essa história àqueles que possam não ter consciência, para incitar a ação? Você pode ter alguns objetivos em mente, então identificá-los pode ser útil para dar um foco ao evento, selecionar alguns parceiros e determinar o público adequado.

Identificar parceiros. Trabalhar com outras pessoas tem várias vantagens, incluindo a identificação de espaço, a reunião de diversos públicos, e a promoção do evento. Primeiro, olhe para a sua rede pessoal e relacionamentos já estabelecidos. Então considere alcançar organizações comunitárias locais e instituições e indivíduos que possam estar interessados em participar.

Escolher um local. Pense em locais que estejam bem localizados e que sejam fáceis de chegar. A parceria também pode ajudar a encontrar locais que não tenham custo. As bibliotecas geralmente oferecem espaços gratuitos para pessoas e grupos de uma comunidade. Já que o documentário é de noventa minutos de duração, você vai querer escolher um espaço onde o público possa se sentir confortável durante todo o evento. Você também vai precisar se certificar de que tem o equipamento certo, incluindo itens como um microfone, televisão ou tela e projetor, se necessário.

Determinar o formato. Desenvolva uma agenda para o evento, mesmo que seja somente para seu uso. Considere a duração e o tempo previsto para a abertura e encerramento e para discutir “o que vem depois?”

Promover a projeção. Se a projeção estiver aberta ao público, promova-a através de e-mails, redes sociais, boca-a-boca e folhetos. Coordenar um sistema RSVP pode ajudar a calcular o número estimado de participantes e enviar lembretes.

Acompanhamento. Considere como você fará o acompanhamento dos membros da audiência. Será por e-mail? Você dará aos participantes ativos a oportunidade de se reunirem no futuro? Pense em dar aos participantes um formulário de avaliação para que eles deem uma nota à experiência.

Instruções para o debate

Antes da projeção do documentário, pense na realização de um debate prévio para dar o contexto inicial e permitir que os participantes pensem sobre sua conexão com o assunto.

Instruções para o debate prévio

Estas instruções podem ser usadas para promover o diálogo antes da projeção do filme para estabelecer contexto e conectar os participantes com o assunto.

- O que vem à sua cabeça quando você pensa no título do filme, *A escravidão por outro nome*?
- O que você sabe sobre o uso do trabalho forçado nos Estados Unidos e outros lugares?
- O filme aborda uma parte difícil da história dos Estados Unidos. Quais são as formas de podermos reconciliar as partes difíceis da nossa história?
- Este projeto baseia-se no fato de que nossas histórias individuais são parte de uma história compartilhada maior. O que uma história comum significa para você? Como podemos nos envolver com esta história maior, comum, além de nossas próprias histórias pessoais?

Após a projeção do filme, antes de se aprofundar em uma discussão posterior, dê aos participantes alguns momentos para refletir sobre o documentário e suas ideias sobre ele.

Instruções para o debate inicial

As seguintes instruções podem ajudar a iniciar um diálogo depois da projeção do filme.

- Qual foi a sua reação inicial ao filme?
- Algo no filme surpreendeu você?
- Por que a história sobre o trabalho forçado não é conhecida e discutida com mais ênfase? Porque algumas partes da história são mais bem conhecidas do que outras?
- Alguém já pesquisou a história de sua própria família? O que você descobriu e como você se sentiu com o que descobriu? Quão importante é conhecer a história de sua família?

Tópicos de debates sugeridos para o público dos EUA

LIBERDADE

A emancipação virou o antigo mundo escravista de cabeça para baixo. Como você acha que era a vida para os escravos recém-libertos? **Como você acha que era a vida para os donos de escravos?**

O que você aprendeu sobre a Décima Terceira Emenda? **A sua compreensão sobre a Décima Terceira Emenda mudou depois de ver este filme?** Caso tenha mudado, como?

No final da Guerra Civil houve um aumento de grupos de vigilantes brancos no Sul. Que papel teve a violência na limitação da liberdade dos negros? **Como a violência é usada hoje para controlar grupos de pessoas?**

O estudioso Adam Green observa: “A reconstrução foi uma tentativa de criar um país em que seria possível ter uma cidadania birracial e igualitária.” **De que formas você acha que a reconstrução cumpriu seu objetivo** e em que falhou?

Depois de 1874, não havia qualquer presença federal permanente no Sul, o que significou que os afro-americanos que tentavam embarcar em sua nova jornada para a liberdade podiam contar com menos apoio do governo federal e mais animosidade dos brancos do Sul. **O governo federal deveria ter feito mais para proteger a nova liberdade dos negros?** Você acredita que o governo federal está realmente protegendo os direitos de todos os cidadãos hoje? Por que e por que não?

OS FINAL DA RECONSTRUÇÃO

O fim da reconstrução inaugurou uma legislação opressiva, como as leis do porco (pig laws) e os códigos de vadiagem, que injustamente visavam os afro-americanos. **Como essas leis criminalizavam a vida negra e ajudavam no aumento do sistema de aluguel de condenados?** Há alguma lei agora que você acredite estar injustamente visando certos grupos?

Como resultado dos estatutos de vadiagem nos estados do Sul, você podia ser condenado se não conseguisse provar em qualquer momento que estava empregado. **Que impacto esta lei poderia ter se estivesse em vigor hoje?**

Depois que os estados perceberam que poderiam lucrar legalmente alugando condenados, os estados de todo o Sul envolveram-se de alguma forma com o aluguel de condenados para o setor privado. **Você acha que os estados do Sul fizeram bem em ter lucrado com o aluguel dos condenados?** Por que e por que não? Você acha que os estados hoje deveriam lucrar com o trabalho dos presos? Por que e por que não?

ALUGUEL DE CONDENADOS/TRABALHO GRÁTIS

Você acha **que havia outras formas nas quais industriais como John Milner poderiam ter ajudado a construir cidades** como Birmingham, no Alabama, sem o uso do trabalho forçado? Se sim, como?

Ezekiel Archey enviou cartas que detalhavam as terríveis condições das minas de carvão Pratt para o inspetor das prisões do Alabama. Você alguma vez fez algo que expusesse uma irregularidade? Caso tenha feito, **quais foram os resultados das suas ações?** De que maneiras as pessoas podem falar sobre irregularidades hoje?

Cristina Comer, uma descendente de J.W. Comer, um ex-escravista que alugava condenados, diz que as histórias de família que ela ouvia eram que os homens de Comer eram homens que venceram pelos próprios esforços. Quando ela descobriu que os homens de Comer estavam envolvidos em aluguel de condenados, isso a abalou muito. **Você já descobriu algo preocupante sobre a história da sua família?** Caso tenha descoberto, como você lidou com a verdade? Se não descobriu, como acha que se sentiria? Como as famílias podem falar sobre as difíceis histórias pessoais?

Testemunhas do sistema de trabalho presidiário descreveram-no como “pior do que a escravidão”. **De que forma foi pior do que a escravidão e de que forma foi semelhante?** Você acha que há alguma prática que poderia ser considerada pior do que a escravidão hoje?

Considere a seguinte declaração do historiador Adam Green e responda: “E este sistema [aluguel de condenados] é um dos quais eu acho que precisa ser compreendido como brutal no sentido societário, mas cruelmente racional no sentido econômico. Porque onde mais alguém

poderia conseguir um trabalhador negro fazê-lo trabalhar, literalmente, até a morte, depois da escravidão? E quando esse trabalhador morresse, podia-se simplesmente conseguir outro.”

CRIMINALIZANDO EX-ESCRAVOS

Por volta de 1890, a população carcerária dos estados do Sul tinha aumentado para 19.000 e quase 90% deles eram afro-americanos. Que efeitos prolongados isso pode ter deixado para os Estados Unidos agora? Você acha que **há alguma conexão contemporânea entre a criminalização da vida dos negros e as taxas populacionais das prisões?**

ESCRavidÃO POR DíVIDAS E PEONAGEM EM JULGAMENTO

Peonagem, ou servidão involuntária, é um sistema em que um empregador obriga um trabalhador a pagar por uma dívida com trabalho. Infelizmente, este tipo de escravidão por dívida continua ocorrendo de várias formas hoje, como no Paquistão, onde alguns senhorios têm forçado trabalhadores rurais a trabalharem. **Você já ouviu algum caso atual de servidão involuntária no mundo?** O que as pessoas podem fazer para aumentar a conscientização sobre esta prática?

O advogado americano, Warren S. Reese, também enfrentou muitos desafios, incluindo a reação grave de empresários e funcionários poderosos ligados à peonagem, durante sua missão de perseguir as pessoas envolvidas. **Você alguma vez já foi o único em um grupo grande a denunciar** algo que você considerava errado? Caso tenha sido, o que aconteceu e o que você fez?

John Davis, um jovem meeiro, foi falsamente acusado de um crime, rapidamente condenado, sentenciado e precisou pagar multas e custas judiciais. Por não poder pagar, ele foi obrigado a trabalhar, vendido por lucro por um comerciante local a um fazendeiro. Ele foi obrigado a assinar um contrato para trabalhar por dez meses, o que deu a seu empregador o direito de açoitá-lo, confiná-lo e trocá-lo, enquanto a dívida não fosse paga. Com frequência, são os cidadãos mais vulneráveis que são explorados. **O que pode ser feito para proteger os mais suscetíveis?**

Nos Arquivos Nacionais hoje, há mais de 30.000 páginas de cartas de sulistas, muitas delas endereçadas ao presidente, sobre familiares e entes queridos sob regime de trabalho forçado. Mas, em última análise, muitas destas cartas não chegaram ao seu destino. **Por que você acha que o governo federal não perseguia estes casos mais agressivamente?** Você acredita que escrever cartas é uma forma eficaz de protestar hoje? Por que e por que não?

A CAPTURA DE GREEN COTTENHAM

Green Cottenham foi um jovem que foi capturado, condenado por vadiagem, e sentenciado a seis meses de trabalhos pesados como resultado de uma multa de US\$ 38; ele morreu pouco tempo depois. Através deste projeto, seus descendentes esperam que sua história dê vida às vozes perdidas de milhares de pessoas forçadas a trabalhar. **De que forma podemos dar voz aos esquecidos como Green Cottenham?**

No início do século XX, uma nova geração de organizações de direitos civis emergiu, incluindo a National Association for the Advancement of Colored People, fundada por um grupo de ativistas que incluía W.E.B. Du Bois. **Você já se envolveu com alguma organização de direitos civis?** Se sim, como foi sua experiência? Que papel as organizações de direitos civis têm hoje? Que problemas você acha que eles deveriam abordar?

As gangues das correntes foram outra forma de trabalho forçado que emergiu no Sul. Os condenados eram acorrentados juntos e usados para construir rodovias, ferrovias e outros empreendimentos estatais, frequentemente sob condições péssimas. **Você acha que prisioneiros devem ser usados para projetos de trabalhos públicos?** Por que e por que não?

A meação foi uma prática na qual um meeiro concordava em cultivar a terra por uma porcentagem dos lucros da venda da colheita. Os trabalhadores se endividavam com os plantadores através de empréstimos com taxas de juros exorbitantes e, incapazes de pagar a dívida, viam-se continuamente forçados a trabalhar sem remuneração. **Quais são, para você, os efeitos prolongados da meação sobre as famílias** que ficaram presas durante anos na prática?

O FIM DA ESCRAVIDÃO

Em 1923, uma exposição premiada dos condenados de aluguel na Flórida irritou leitores porque uma vítima de 22 anos de idade, Martin Tabert, era branco. O protesto pela morte de Talbert ajudou a acabar com o aluguel estatal na Flórida. Que papel a mídia pode ter para chamar a atenção para as irregularidades? **Você acha que a mídia contemporânea tem êxito fazendo isso?** Por que e por que não? Você acha que há mais protestos contra crimes quando a vítima é branca? Se você acha, como essa desigualdade pode mudar?

Quase oito anos depois que os Estados Unidos ratificaram a décima terceira emenda, o presidente Franklin Delano Roosevelt tomou medidas para aplicá-la através da emissão da circular 3591, que determinou que procuradores federais deviam processar agressivamente qualquer caso de servidão involuntária ou escravidão. **Por que você acha que demorou tanto para o governo federal tomar uma atitude agressiva?** O que os cidadãos podem fazer para pressionar o governo federal a agir com mais rapidez para mudar ou aplicar a política?

Durante os oito anos que se seguiram à Guerra Civil, cerca de 800.000 pessoas foram presas em um dos sistemas de trabalho forçado. Que impacto global isto representa?

O estudioso Adam Green afirma que “sem a valorização dessa história, você crê na fantasia de que as pessoas negras não merecem direitos iguais, porque as pessoas negras - constitucionalmente, intelectualmente, moralmente - não são iguais aos brancos.” **Como é possível que ignorar a história completa ajude na promoção de atitudes míopes?**

O estudioso Kahlil Muhammad diz que “temos de reconhecer que, nessas histórias terríveis de brutalidade com o povo negro neste país, a motivação era o lucro, desde pequenos proprietários de terras até grandes corporações. E assim, no final das contas, essa parte do legado deste país ainda está conosco”. **Você acha que este desejo de lucro ainda permanece nos Estados Unidos hoje?** Se acha, de que forma? O que seria preciso para que as vidas sejam consideradas mais valiosas do que o lucro?

Ao final do filme, a descendente Tonya Groomes parafraseia uma citação do reverendo Martin Luther King Jr.: “... O arco do universo moral é longo, mas se inclina na direção da justiça.” **O que essa citação significa para você e como ela pode ser usada para encorajar ações continuadas no sentido de defender a justiça?**

ESCRavidÃO E EMANCIPAÇÃO NO BRASIL

Por Dwayne E. Williams

Talvez nenhum outro lugar capte melhor as consequências dinâmicas e duradouras do comércio transatlântico de escravos do que o Brasil. A escravidão no Brasil, em todos os sentidos, foi surpreendente em comparação com outras sociedades escravistas nas Américas. Dos 12 milhões de africanos escravizados que chegaram vivos nas Américas, como parte do comércio transatlântico de escravos, 4,9 milhões foram trazidos para o Brasil, enquanto apenas 389.000 escravos foram enviados para a América do Norte.

Os primeiros escravos africanos foram levados para o nordeste do Brasil em 1538 para fornecer mão de obra para a colonização portuguesa. Inicialmente, os africanos escravizados foram transportados para trabalhar nas plantações de açúcar da Bahia e de Pernambuco e, posteriormente, nas minas de ouro e diamantes de Minas Gerais. Em um século, os africanos ocidentais já começavam a substituir os povos indígenas como a principal fonte de mão de obra no Brasil. Um dos motivos foi a crença de que os africanos ocidentais tinham maior imunidade às doenças europeias e uma constituição física mais robusta que a dos indígenas, podendo suportar o trabalho físico extenuante em um ambiente tropical. No entanto, a população escrava africana tinha uma alta taxa de mortalidade e a procura por trabalho africano foi insaciável durante os três primeiros séculos de escravidão no Brasil.

A sociedade inicial de escravos brasileiros foi descrita como “tendo o corpo da América, mas a alma da África”, uma descrição apropriada, não só por causa da escala de escravidão, mas também pelo legado duradouro da instituição no Brasil. Mesmo sendo sistematicamente obrigados a ajudar a explorar os recursos naturais do Novo Mundo, os escravos africanos também exerceram influências linguísticas e reestabeleceram tradições espirituais, deixando uma marca indelével na história e na cultura brasileira.

Emancipação

O comércio transatlântico de escravos foi abolido tecnicamente em 1826, mas continuou presente até 1850. Somente entre 1800 e 1850, mais de três milhões de escravos foram transportados da costa oeste africana para o Brasil. E até a década de 1880, o cultivo do café em franca expansão nas províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro alimentou uma crescente demanda por escravos.

Vários fatores definiram a sociedade brasileira de escravos no curso por emancipação. Um deles foi à rebeldia e a resistência por parte da população escravizada. Em 1830, ainda havia mais escravos do que pessoas livres no Brasil e os donos de escravos temiam uma revolta bem-sucedida como a que ocorreu no Haiti.

Houve também pressão moral de dentro do Brasil para acabar com a escravidão. Um movimento abolicionista local, e de pleno direito no Brasil, utilizou os mesmos argumentos que tinham sido usados pelos críticos europeus e norte-americanos da escravidão. A composição deste movimento era diversificada. Sua liderança incluía o poeta Castro Alves, o aristocrata branco, Joaquim Nabuco, e afro-brasileiros, como o jornalista José do Patrocínio, o engenheiro André Rebouças e o advogado Luis da Gama.

Outro fator para acabar com a escravidão era a pressão para expandir a imigração europeia. Proprietários de escravos acreditavam que o sucesso econômico futuro do Brasil significava um “branqueamento” da população através da imigração, e eles ofereceram a passagem livre para trabalhadores contratados a partir de países como Alemanha e Suíça. Mas os trabalhadores europeus se queixaram de que o trabalho e as condições de vida no Brasil eram equivalentes à escravidão e o maior estado alemão, a Prússia, proibiu o recrutamento brasileiro de seus cidadãos por completo.

Os esforços para abolir a escravidão foram ficando cada vez mais sérios na década de 1860, quando o Brasil ficou isolado internacionalmente. A abolição definitiva da escravidão nos Estados Unidos, em 1865, deixou Puerto Rico (1873), Cuba (1886) e Brasil como as únicas sociedades escravistas remanescentes nas Américas. Foi, de fato, argumentado que sem abolição não teria havido industrialização, nenhuma aceitação por parte da Europa na economia global emergente, nenhuma expansão da imigração, e mais importante, nenhuma forma de mudar o equilíbrio de forças que moldaram o trabalho no Brasil. Quando a Lei Áurea foi finalmente aprovada em 13 de maio de 1888, a escravidão no Brasil terminou sem muito alarde.

Consequências da Escravatura

No rescaldo da escravidão, não houve nenhum esforço para criar um sistema de segregação Jim Crow como ocorreu nos Estados Unidos. O status social e econômico dos escravos recém-libertos tampouco se tornou um terreno contestado da luta política. Mas o que a emancipação da população escravizada fez foi introduzir uma nova grande classe de cidadãos na sociedade brasileira, que tinha acesso limitado a terras ou capital e que agora tinha que fazer seu próprio caminho com sua força de trabalho como seu principal ativo econômico.

A abolição da escravatura também permitiu uma explosão de imigrantes no Brasil, vindos primeiro da Itália, da Alemanha e do Japão, tudo num esforço para “melhorar o estoque” do país com o intencional branqueamento da população.

Ironicamente, no século XX, o país que havia importado os africanos mais escravizados para as Américas e foi o último a abolir a escravidão passou a ser descrito por muitos cidadãos nativos e estrangeiros como uma “democracia racial”. O Brasil passou a ser visto como um lugar onde pessoas descendentes de africanos, europeus e índios haviam criado uma sociedade com igualdade social. O estudioso Gilberto Freyre sustentou que a miscigenação entre senhores e escravos e o caráter supostamente benigno do imperialismo português havia impedido o surgimento de categorias raciais rígidas. Freyre também argumentou que a mistura contínua e regular entre os descendentes de escravos africanos, as populações indígenas e brancos levaria a uma “meta-raça” e uma nova identidade brasileira, desprovida de preconceitos raciais.

No entanto, segundo o historiador brasileiro Décio Freitas, “discriminação racial, não democracia racial” é a base da cultura brasileira. Dados do censo nacional desde a década de 1940 até hoje documentam que existem disparidades persistentes e generalizadas entre as populações brancas e não brancas no Brasil que desafiam a noção de Brasil como uma democracia racial. A realidade hoje é que os descendentes de escravos têm apenas um controle limitado sobre o seu trabalho e muito pouco acesso aos recursos. Isto levou ao surgimento de atitudes racistas disseminadas e estereótipos sobre as populações negras e mestiços que permeiam a cultura popular brasileira.

O Brasil é uma das maiores democracias multirraciais, em parte como resultado da escravidão. Além disso, continua sendo o lar da maior população de pessoas descendentes de africanos fora da África hoje. No entanto, um dos legados principais da escravidão e da abolição é a extrema desigualdade que existe na sociedade brasileira de hoje.

Questões de debate relacionados com o Brasil

1. Quais são as diferenças/semelhanças históricas mais importantes entre a escravidão no Brasil e nos Estados Unidos?
2. Como o desenvolvimento de sociedades escravistas no Brasil e em outros países latino-americanos ajudam a definir as experiências únicas de pessoas descendentes de africanos?
3. Quão adequado é vincular a emergência do Brasil como potência econômica global às suas origens como a maior sociedade escravista nas Américas?
4. De que forma a ideia do Brasil como uma “democracia racial” ainda molda as discussões contemporâneas sobre raça, classe e pobreza?
5. Como as experiências dos brasileiros que vivem e trabalham em condições definidas como *trabalho escravo* comparam-se com o sistema de controle do trabalho que se desenvolveu após a emancipação no sul dos Estados Unidos?
6. Quais são os legados mais duradouros da escravidão para a sociedade brasileira em geral e para os brasileiros negros em particular?

RECURSOS ADICIONAIS

Para saber mais sobre este filme, visite <http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/about/>.

Para assistir a *A escravidão por outro nome* online, visite <http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/watch/>.

Para explorar uma linha do tempo interativa e um mapa da escravidão na América, de 1860 a 1950, visite <http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/slavery-timeline/>.

Para saber mais sobre a história apresentada em *A escravidão por outro nome*, visite a galeria temática em <http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/>.

Para baixar os guias de atividades em sala de aula e outros materiais sobre *A escravidão por outro nome*, visite <http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/classrooms/>.

Para recursos adicionais sobre esta história, visite <http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/additional-resources/>.

Você pode comprar uma cópia do livro e do filme *A escravidão por outro nome* através do site www.pbs.org/sban.

Escravidão e emancipação nas Américas

Por Dwayne E. Williams

Onde estão os seus monumentos, suas batalhas, seus mártires? Onde está a sua memória tribal?

Senhores, naquele cofre cinza. O mar. O mar os prendeu. O mar é História. - Derek Walcott, "O mar é História"

Para grande parte da história humana, os povos do Velho Mundo e do Novo Mundo não tinham conhecimento da existência um do outro. Eles foram separados por uma fronteira aparentemente impenetrável: o Oceano Atlântico. A partir do final do século XV, no entanto, novos desenvolvimentos em tecnologias marítimas permitiram que navios começassem a cruzar o Atlântico com mais sucesso. Um novo mundo atlântico nasceu, moldando e redefinindo a história do mundo. O que hoje chamamos *América Latina*, essencialmente cresceu de uma mistura das diásporas humanas, do desejo de encontrar e explorar novas terras e recursos, das mudanças nas ideias sobre o significado da raça, e do impacto de longo alcance das doenças.

Conforme os navios gradualmente ligavam comunidades na África Ocidental e na Europa com as Américas, eles entravam em contato com sociedades que eles nunca tinham visto anteriormente. Estas novas chegadas venceram a resistência com força física, tecnologia e com a propagação de doenças como a varíola. Estima-se que, em 1500, havia cerca de 50 milhões de índios nas Américas. Em 1600, após 100 anos de contato com os europeus e africanos, esse número havia sido reduzido para cerca de 8 milhões.

A grande quantidade de sociedades escravistas que tomaram conta das Américas foi o resultado direto da colonização. Conforme as nações europeias colonizavam partes das Américas, começavam a extrair ouro, prata e cobre, além de commodities como açúcar, café, fumo e arroz. As minas e plantações eram esforços de trabalho intensivo que exigiam, acima de tudo, uma oferta aparentemente infinita de trabalhadores.

Inicialmente, os povos indígenas foram utilizados como mão de obra escrava. No entanto, a combinação de doenças e condições de trabalho brutais resultaram na morte de um grande número de povos indígenas e a prática foi logo banida. Os poderes coloniais europeus, que lideraram o esforço para estabelecer sociedades escravistas nas Américas, experimentaram outras opções de trabalho, tais como funcionários contratados da Europa. Mas, ironicamente, havia muito trabalho disponível e a terra estava tão barata para comprar que muitos serviços contratados conseguiram ganhar a sua liberdade rapidamente e até mesmo tornarem-se proprietários de terras.

Eventualmente, a costa oeste africana tornou-se a fonte de trabalhadores que pudessem atender às demandas vorazes das economias de plantação e de mineração da América Latina. Mais de 12 milhões de africanos, de uma ampla variedade de origens étnicas e linguísticas, foram trazidos para as Américas para trabalho forçado, com Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda engajando-se mais fortemente no comércio de escravos. Em última análise, mais de 12 milhões de escravos foram enviados da África para o Novo Mundo. Destes, mais de 4 milhões foram vendidos ao Brasil, e 2,5 milhões para colônias espanholas, incluindo México e Hispaniola (Haiti e República Dominicana) e outras partes da América Latina e da América do Sul. Quase 400.000 escravos chegaram aos Estados Unidos.

Esta escravização sistemática dos africanos foi a maior migração forçada da história da humanidade.

Emancipação e liberdade nas Américas

A instituição da escravidão dominou as Américas durante boa parte de três séculos. Enquanto na América do Norte a escravidão foi recebida com objeções por algumas pessoas quase desde o início, a escravidão teve um forte domínio na América Latina e encontrou pouca oposição de pessoas com ascendência europeia. Por volta de 1750, nenhuma grande igreja institucional ou organização cívica, com exceção dos Quakers, havia condenado o tráfico de escravos ou a posse de escravos.

Aos poucos, no final do século XVIII, as objeções humanitárias e religiosas à escravidão surgiram, influenciando a lei e a opinião pública sobre o futuro da instituição da escravidão nas Américas. Nos recém-formados Estados Unidos, as contradições entre os apelos à liberdade e à existência de escravidão resultaram no Northwest Ordinance (1787), que proibia a escravidão nos territórios ao norte do rio Ohio. Talvez a rejeição mais poderosa da escravidão não tenha vindo de igrejas ou abolicionistas, mas sim dos próprios escravos. No Haiti, em 1791, quase meio milhão de escravos emanciparam-se por insurreição e por esforço revolucionário. Igualmente significativo é que, em 1807 e em 1808, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos proibiram o comércio de escravos africanos. Logo depois, por razões morais e econômicas, todos os outros países europeus proibiram o comércio de escravos, mas não a escravidão.

Nas Américas, o impulso para proibir a escravidão e pela emancipação das populações escravizadas desdobrou-se inicialmente como parte das lutas de libertação nacional, durante as décadas de 1820 e 1830. Em 1821, a região que agora inclui Equador, Colômbia e Venezuela aprovou um plano de emancipação gradual que extinguiu a escravidão lentamente, concluindo em 1845. Dois anos mais

tarde, o Chile concordou em emancipar seus escravos. Em 1824, a Guatemala tornou-se a primeira nação latino-americana a proibir a escravidão total. Logo depois, entre 1825 e 1829, Argentina, Peru, Bolívia, Paraguai e México aboliram a escravidão. Em 1833, a Grã-Bretanha emancipou 780 mil escravos, pagando 20 milhões de libras esterlinas de compensação aos seus proprietários. Em 1848, Dinamarca e França libertaram os escravos de seus impérios coloniais. A escravidão sobreviveu no Suriname e em outras colônias do Novo Mundo holandês até 1863 e, nos Estados Unidos, sobreviveu até 1865. A escravidão teve uma morte ainda mais lenta em outras partes das Américas. Puerto Rico não acabou com a escravidão até 1873, Cuba adiou até 1886, e o Brasil tornou-se o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão, em 1888.

Nas Américas, a emancipação, assim como a escravidão, era, para citar a historiadora Rebecca Scott, “prolongada, ambígua e complexa”. Mesmo que as populações de ex-escravos tenham ganho sua liberdade, no fim do século XIX e no início do século XX, elas constantemente enfrentaram o desafio de manter sua autonomia. Em alguns casos, eles eram visados por funcionários locais e nacionais que queriam controlar seu trabalho. Estes esforços de controle vieram na forma de novas leis que proscriviam novos limites para os salários, acesso à terra e ao emprego em determinados setores.

Eles também enfrentaram a concorrência das novas ondas de imigrantes europeus que foram atraídos pelas possibilidades de novas oportunidades, indisponíveis para eles em seus países de origem. Os escravos libertos responderam a estas tentativas de colocar novos limites em suas vidas de várias maneiras. Em alguns casos, eles se mudaram para longe de seus antigos senhores e formaram comunidades independentes. Em outros casos, eles formaram novas instituições civis e religiosas destinadas a ajudá-los a manter a sua autossuficiência. Em todos os casos, a liberdade significava negociar novas condições que pudessem conceder-lhes maior acesso à terra e ao capital, que acreditavam poder tornar suas vidas mais seguras. Escravos emancipados estavam preparados para fazer o que fosse necessário para garantir que sua liberdade continuasse fazendo sentido.

No entanto, o legado da escravidão e a emancipação nas Américas não foram uma marcha triunfal constante para a independência. Mesmo no século XXI, os descendentes de escravos ainda são um dos grupos mais marginalizados nas Américas. Hoje eles têm um desafio muito maior do que simplesmente manter o controle sobre seu trabalho. O desafio agora é negociar a relação entre raça, lugar e espaço nas Américas, num momento em que o significado e a memória da escravidão estão desaparecendo.

Expressões-chave

Gangues da corrente (chain gangs): As gangues da corrente eram grupos de presidiários forçados a trabalhar em tarefas como a construção de estradas, escavação de valas, ou na agricultura, acorrentados. Algumas gangues da corrente trabalhavam em cidades próximas a uma prisão, enquanto outros eram alojados em celas transportáveis, tais como vagões ou caminhões. As gangues da corrente minimizavam o custo de vigilância dos prisioneiros, mas expunham os presos a uma série de problemas de saúde e condições de trabalho perigosas.

Para saber mais sobre este tema e assistir aos vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/chain-gangs/>.

Aluguel de condenados: Inicialmente, alguns estados pagavam prestadores de serviço para abrigar e alimentar os presos. Em poucos anos, os estados perceberam que poderiam alugar seus condenados para plantadores locais ou industriais, que pagavam taxas mínimas pelos trabalhadores, eliminando assim os custos e aumentando as receitas. Logo, os mercados para os trabalhadores condenados cresceram, com os empresários comprando e vendendo contratos de arrendamento de trabalho presidiário. Ao contrário dos proprietários de escravos, os empregadores temporários tinham apenas um pequeno investimento de capital com trabalhadores condenados e, portanto, estes eram muitas vezes tratados miseravelmente. Mesmo assim, o sistema de aluguel presidiário era altamente lucrativo para estados e empregadores.

Para saber mais sobre este tema e ver vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/convict-leasing/>.

Jim Crow e *Plessy versus Ferguson*: Conforme os brancos ganhavam o controle dos governos dos estados do Sul, quando a Reconstrução terminou, começaram a promulgar leis conhecidas coletivamente como Jim Crow, que oprimia os negros através de segregação. Embora a Lei de Direitos Civis de 1875 tenha declarado que todas as raças têm direito a igualdade de tratamento em acomodações públicas, uma decisão de 1883 da Suprema Corte esclareceu que a lei não se aplicava a pessoas individuais ou empresas. Uma vez a Suprema Corte decidiu que “separados, mas iguais” era legal, no caso *Plessy versus Ferguson* de 1896, a segregação tornou-se ainda mais abrigada na lei do Sul e reforçou a Jim Crow. Taxas para votação, requisitos de alfabetização e “cláusulas de avô” impediam os negros de votar.

Para saber mais sobre este tema e ver vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/jim-crow/>.

Julgamentos e contratos: Em salas de audiência do Sul, dois principais métodos legais levavam os homens condenados a trabalhos forçados. Em muitos casos, os réus eram muitas vezes considerados culpados de crimes reais ou fabricados, e eram multados pelo crime e por custas judiciais adicionais. Quando os homens não podiam pagar, um empresário local se oferecia para pagar as multas. O réu, então, assinava um contrato concordando em trabalhar de graça até que a dívida fosse paga. Um segundo método envolvia um réu que, quando confrontado com a possibilidade de uma condenação e com ameaça de ser enviado para um campo de trabalho distante, “confessava o crime”, essencialmente assumindo a responsabilidade antes de qualquer julgamento. Nesse ponto, um empresário local se oferecia para atuar como “garantia”, atestando o futuro bom comportamento do réu, e assumindo a dívida que pagaria pelo crime. Nesse ponto, o juiz aceitava o pagamento da fiança, sem nunca apresentar um veredicto sobre o crime. O réu, então, assinava um contrato, concordando em trabalhar de graça até que a fiança fosse paga.

Para saber mais sobre este tema e assistir aos vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/false-contracts/>.

Vida nas minas de carvão: As minas de carvão eram perigosas para todos os trabalhadores. Minas a desabar, asfixia, envenenamento por gás, explosões e acidentes com máquinas pesadas eram perigos diários. Os homens muitas vezes trabalhavam em pé na água, balançando as picaretas afiadas e trabalhando com pás de carvão na luz oscilante de suas lâmpadas de gás. Para aqueles que sobreviveram a esses perigos, a exposição em longo prazo ao ar inadequado causava doenças pulmonares crônicas, como pulmão negro. Para os trabalhadores condenados, as condições eram ainda piores. Rações de comida pobres, alojamentos apertados e cuidados com a saúde inadequados levaram a ondas de doenças. O castigo físico por não cumprirem os valores exigidos para o carvão recolhido ou a insubordinação incluía chicotadas, trabalhadores amarrados e deixados em confinamento solitário e sem água. Algemas, correntes e outros métodos foram utilizados para impedir a fuga.

Para saber mais sobre este tema e ver vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/coal-mining/>.

Peonagem (escravidão por dívida): A peonagem, também chamada de escravidão por dívida ou servidão por dívida, é um sistema em que um empregador obriga o trabalhador a pagar uma dívida com trabalho. Legalmente, a peonagem foi proibida após a Guerra Civil. No entanto, o governo federal não se comprometeu realmente a aplicá-la até os anos 1940. Após a Reconstrução, muitos homens negros do Sul foram levados à peonagem por diferentes métodos.

Para saber mais sobre este tema e ver vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/peonage/>.

Códigos negros, leis do porco e estatuto de vadiagem: Estado após estado, e condado após condado, depois que a Reconstrução terminou, novas leis visavam os afro-americanos, e efetivamente criminalizaram a vida negra com esforços para restituir o poder para os brancos do Sul. As leis do porco reforçaram penalidades, do que tinha sido considerado anteriormente como crime de contravenção, a infrações criminais. No Mississippi, por exemplo, o roubo de um simples porco, que valesse tanto quanto um dólar poderia significar cinco anos de prisão. Com os estatutos de vadiagem, você poderia ser condenado se em algum momento você não pudesse provar que estava empregado.

Para saber mais sobre este tema e ver vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/black-codes/>.

Reconstrução: Nos anos que se seguiram à Guerra Civil, de 1865 a 1877, o Sul entrou em um período chamado Reconstrução. Durante este tempo, o Freedmen's Bureau foi criado para oferecer aos ex-escravos comida, roupa, e conselhos sobre contratos de trabalho e as emendas Décima Terceira, Décima Quarta e Décima Quinta foram passadas a fim de tentar trazer a igualdade aos negros. Inicialmente, com as leis federais e as tropas federais oferecendo proteção, os negros começaram a votar e ganhar poder político. Logo depois, os brancos do Sul responderam com violência e intimidação. Em 1877, por causa do custo, da corrupção administrativa, da exaustão do Norte, e dos protestos do Sul, o governo federal retirou-se do Sul, e a cassação e a opressão dos negros rapidamente continuaram.

Para saber mais sobre este tema e ver vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/reconstruction/>.

Meação: A meação é um sistema em que o proprietário permite que um inquilino cultive suas terras em troca de uma parte da colheita. Isso encorajou os inquilinos a trabalharem para produzir a maior safra que podiam, e assegurou que eles ficassem amarrados à terra e impossibilitados de sair para tentar outras oportunidades. Altas taxas de juros, colheitas imprevisíveis e senhorios e comerciantes sem escrúpulos frequentemente mantinham famílias de agricultores endividados, obrigando-os a solicitar a transferência do pagamento da dívida até o ano seguinte. Leis adicionais tornaram difícil ou até mesmo ilegal que meeiros vendessem suas colheitas para outros além de seu proprietário, ou impediam que meeiros se mudassem se estivessem em dívida com seu senhorio.

Para saber mais sobre este tema e ver vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/sharecropping/>.

Teddy Roosevelt e progressismo: Até o final do século XIX, um novo movimento político chamado progressismo, do qual Teddy Roosevelt foi um ardente defensor, foi desenvolvido em resposta às desigualdades econômicas, sociais e políticas. Os progressistas defendiam muitas reformas diferentes, incluindo a reforma trabalhista e das prisões, o sufrágio das mulheres, iniciativas de saúde pública e educação universal; a ideia central comum era que o governo devia liderar os esforços para efetuar a mudança.

Para saber mais sobre este tema e ver vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/progressivism/>.

Supremacia branca e terrorismo: A supremacia branca é a crença de que os brancos são superiores a outras raças. Após a Reconstrução, os supremacistas brancos formaram grupos políticos e sociais para promover os brancos e oprimir os negros, e para promulgar leis que codificavam a desigualdade. A Ku Klux Klan (fundada em 1865) e os Knights of the White Camelia eram grupos secretos, enquanto membros da Liga Branca e os Camisas Vermelhas eram conhecidos publicamente. Todos os quatro grupos usaram a violência para intimidar os negros e os eleitores republicanos. Seus esforços tiveram êxito e, com o fim da Reconstrução, em 1877, a supremacia branca tornou-se a realidade do Sul.

Para saber mais sobre este tema e assistir aos vídeos relacionados, visite:

<http://www.pbs.org/tpt/slavery-by-another-name/themes/white-supremacy/>.

CRÉDITOS

Créditos do filme

Produzido e dirigido por Sam Pollard
Produtora Executiva: Catherine Allan
Coprodutor Executivo: Douglas A. Blackmon
Escrito por Sheila Curran Bernard
Editado por Jason Pollard
Trilha sonora original do compositor Michael Bacon
Narrado por Laurence Fishburne

Créditos do guia de visualização comunitária

Produtores do guia: Felicia Pride e Allissa Richardson da 2MPower Media
Colaboradores: Alicia L. Moore, Molly Deshaies
Agradecimentos especiais: Birmingham Civil Rights Institute
'Slavery in the Americas' escrito por Dwayne E. Williams
'Slavery in Brazil' escrito por Dwayne E. Williams

tpt National Productions, uma divisão da Twin Cities Public Television (**tpt**), afiliada PBS para Minneapolis–St. Paul, está entre os principais produtores de conteúdo para o sistema público de televisão. Além de elaborar séries, documentários e especiais premiados, a **tpt** National Productions amplia seu alcance e impacto através de sites inovadores, programas educativos e iniciativas de integração da comunidade. As produções **tpt** incluem os vencedores nacionais do primetime Emmy Award *Benjamin Franklin* e *The Forgetting: A Portrait of Alzheimer's*; vencedores Peabody *Depression: Out of the Shadows* e *Hoop Dreams*; e os nominados ao Writer's Guild Award *Alexander Hamilton* e *Dolley Madison*.

Os fundos principais para *A escravidão por outro nome* são fornecidos pelo National Endowment for the Humanities, W.K. Kellogg Foundation, The Coca-Cola Company e o CPB/PBS Diversity and Innovation Fund. Fundos adicionais foram fornecidos pela Georgia-Pacific, KeyBank Foundation e Merck; Omicron Member Boulé of Sigma Pi Phi Fraternity, de Minneapolis; General Mills Foundation; e por Frances Wilkinson.